

CIÊNCIA DO SEXO E ARTE ERÓTICA: A SEXUALIDADE NA “VONTADE DE SABER” DE MICHEL FOUCAULT

Celso de Jesus Silva*
Haroldo Cajazeiras Alves**

RESUMO: *Este trabalho objetiva examinar, tendo como fio condutor as análises do filósofo francês Michel Foucault, como a sociedade ocidental, a partir do século XVIII, fez do sexo um instrumento de domínio, de discurso e de poder, não pela repressão, mas pela expressão, pelo sentimento ascético de culpa – expressado pela idéia de pecado – e através de técnicas sutis de “controle disciplinar” – como a confissão, as pregações e as penitências. A idéia de uma sexualidade reprimida é acompanhada por uma proliferação de discursos destinados a perscrutar uma “verdade” sobre o sexo, a buscá-lo no inconsciente e em outros lugares escondidos – disso se encarregou a prédica religiosa e o discurso psicanalítico. Contudo, para Foucault, os dispositivos vistos como de “repressão” estão distantes e são diferentes da repressão, eles vão além dela e são indutores de prazer e geradores de poder. Então, o filósofo “abandona” a idéia de uma generalizada repressão sexual que vai do final do século XVII ao fim do século XIX, porque ao invés de uma repressão sexual o que há, de fato, é uma série de discursos e práticas que exploram o sexo, que fazem dele discurso, palavra e o buscam em “todos os lugares”.*

Palavras-chave: Sexualidade; Poder; Discurso.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma abordagem filosófica sobre o tema da sexualidade e as práticas de poder nela implicadas, com o auxílio das análises de Michel Foucault. Limitamo-nos a abordar essa temática usando como texto-base o livro *História da Sexualidade Volume 1 – a Vontade de Saber*, obra referente à sua fase genealógica onde as análises se concentram, basicamente, na prática do poder e de como a cultura ocidental fez do sexo um instrumento de poder, de discurso, de regulação e de investigação.

As análises de *História da Sexualidade, Vol. 1*, privilegiam a investigação dos discursos sobre a sexualidade tal como aparecem no final do século XVII ao século XIX em instituições como o Estado (em particular a Inglaterra do reinado da rainha Vitória 1837 - 1901), a Igreja Católica, a psiquiatria e a Instituição Pedagógica (escolas). O livro é dividido em cinco capítulos que seguem a seguinte ordem:

1. Nós, vitorianos.
2. A hipótese repressiva.
3. Scientia sexualis.
4. O dispositivo da sexualidade.
5. Direito de morte e poder sobre a vida.

Através do estudo dos discursos sobre a sexualidade, ou seja, do que dela se falou ao longo da modernidade, das estratégias de poder, e das práticas institucionais num conjunto de relações permanentes, discutiremos, filosoficamente, toda essa temática partindo, a priori, da importante noção de “repressão sexual” até chegarmos ao entendimento de como as técnicas de poder foram e estão implicadas na sexualidade. Essa discussão, por ser pertinente, torna-se atual

* Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal.); c.inae@ig.com.br. Este texto é parte da pesquisa de monografia, à qual o autor dá continuidade.

** Orientador – Professor do Instituto de Filosofia da UCSal.

e importante para o debate e a análise filosófica. Dessa forma, pretendemos contribuir para um debate amplo sobre o problema do que se chamou de “repressão sexual” e como esse fato hoje é visto, entendido e analisado. Levamos, assim, a filosofia a novas descobertas e a novos desafios, contribuindo, mais uma vez, para o seu papel no meio acadêmico e social.

A metodologia de estudo que usaremos aqui consistirá, basicamente, da leitura da principal obra de Foucault referente à nossa proposta de trabalho, leitura de obras secundárias do filósofo e de comentadores, análise e interpretação das obras lidas.

1. A ERA VITORIANA E A HIPÓTESE REPRESSIVA

Com o período chamado vitoriano (1837 – 1901)¹, e a ascensão da burguesia, a sociedade viveu, a partir do final do século XVII, uma suposta fase de repressão sexual onde o sexo se reduziu a sua função reprodutora e o casal procriador passou a ser o modelo ideal para representar uma sexualidade “normal”. O que sobra – homossexualismo, esterilidade, lesbianismo, perversão sexual – é tido como anormal, é expulso, negado e reduzido ao silêncio. A era vitoriana é considerada como o auge da puritanização do sexo, de rigorosos códigos morais e de valores tradicionais que só foram deixados no início do século XX. O traço mais marcante e mais conhecido da rainha Vitória e de seu longo reinado² foi o puritanismo que se imprimiu a todas as esferas da França e se espalhou pela Europa. Através dele, a soberana condenava e perseguia tudo o que, perante o seu olhar, era considerado vergonhoso, indecente, um conceito muito vago mas que abrangia, em seus códigos morais, desde o adultério até o erotismo nas obras de arte. Aos professores, a rainha recomendava que só ensinassem às crianças a desenhar a figura humana do pescoço para cima – e, mesmo assim, o traçado do rosto deveria se limitar à sua “expressão espiritual”.

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 2001, pp. 9, 10).

Mas essa sociedade burguesa, puritana e hipócrita, vê-se forçada a algumas concessões como restringir as sexualidades ilegítimas a lugares onde possam dar lucros, como nas casas de prostituição e hospitais psiquiátricos. “Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mudismo” (FOUCAULT, 2001, p. 10). Uma das justificativas, e talvez a principal, para esse extremo puritanismo se explica pelo seguinte fato: numa época em que a força do trabalho é muito explorada e valorizada, as energias não podiam ser dissipadas nos prazeres. *Time is money* (tempo é dinheiro!) A eficiência econômica exige limitação do prazer. O puritanismo está vinculado ao protestantismo³, daí, pode-se, até certa

¹ Período referente ao reinado da rainha Vitória na Inglaterra.

² Nessa época, até o homossexualismo masculino era considerado crime e havia ainda a distinção entre partes honestas e vergonhosas do corpo humano.

³ Segundo Max Weber, o capitalismo encontrou solo fértil no moralismo ortodoxo que imprimiu, através da pregação ascética, o prazer dando lugar ao trabalho. Assim, o ócio e o tempo gasto com os prazeres eram mal vistos

medida, explicar o moralismo exacerbado com que a rainha Vitória conduziu seu reinado: ela foi educada sob a rígida moral protestante da Inglaterra do século XVIII que ensinava, entre outras coisas, que o trabalho dignifica o homem, o trabalho em detrimento do lazer e do prazer.

Por outro lado, segundo Foucault, está quase tudo errado a respeito dessa “hipótese repressiva” que, até então, vinha sendo aceita como verdade. O filósofo “abandona” essa compreensão e formula uma nova e desconcertante hipótese, na qual ele mostra que, ainda que certas explicações sobre a “repressão sexual” funcionem, elas não podem ser encaradas como as únicas verdadeiras. Para nós, é gratificante formular, em termos de repressão, as relações de sexo e poder por uma série de motivos. Primeiro: se o sexo é reprimido, o simples fato de falar tanto dele quanto de sua repressão, ganha um ar de transgressão deliberada. Segundo: aceitando-se a hipótese repressiva, pode-se vincular revolução e prazer, pode-se falar num período em que tudo vai ser bom, o período da liberação sexual porque “O sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si”. (FOUCAULT, 2001, p. 13). Na hipótese repressiva tudo que se diz sobre o sexo ganha valor mercantil. Por exemplo, algumas pessoas como psicólogos, sexólogos, analistas freudianos, para citar alguns, são pagos para ouvirem falar da vida sexual dos outros, vê-se, dessa maneira, “um murmúrio lucrativo em cima de um leito” (FOUCAULT, 2001, p. 11).

A afirmação de uma sexualidade reprimida é acompanhada de um discurso destinado a dizer uma verdade sobre o sexo, a buscá-lo no inconsciente ou em outros lugares escondidos – e disso se encarregou a prédica religiosa sobre o sexo e o discurso psicanalítico clássico. Em torno dessas questões, o objetivo de Foucault nessa análise é o de:

(...) interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar. (...) A questão que gostaria de colocar não é por que somos reprimidos mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos? (...) Seria legítimo, certamente, perguntar por que, durante tanto tempo, associou-se o sexo ao pecado – e, ainda, seria preciso ver de que maneira se fez essa associação e evitar dizer de forma global e precipitada que o sexo era “condenado” (...) (FOUCAULT, 2001, p. 14).

Foucault não diz que o sexo não vem sendo reprimido, ele afirma que essa interdição (repressão) não é o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se pode escrever a história da sexualidade. Ele coloca a hipótese repressiva numa economia geral dos discursos sobre o sexo a partir do final do século XVII, mostrando que todos esses elementos negativos ligados ao sexo (proibição, repressão, silêncio, censura, reclusão, etc.) têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa determinada técnica de poder e numa vontade de saber, como se mostra evidente em suas palavras:

As dúvidas que gostaria de opor à hipótese repressiva têm por objetivo muito menos mostrar que essa hipótese é falsa do que recolocá-la numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII. Por que se falou da sexualidade e o que se disse? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se forma a partir daí? (...) De que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano – tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação mas, também, de incitação, de intensificação, em suma, as

“técnicas polimorfas do poder”. (...) É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. (...) Em suma, gostaria de desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia de escassez e aos princípios de rarefação, para, ao contrário, buscar as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações (FOUCAULT, 2001, pp. 16, 17).

A hipótese levantada por Foucault é a de que aconteceu um fenômeno curioso a partir do século XVIII: uma proliferação generalizada de discursos sobre o sexo. Segundo ele, foi o próprio poder que incitou essa proliferação discursiva através de instituições como a Igreja Católica Romana, a escola, a família e o consultório médico. Essas instituições não visavam apenas proibir ou reduzir a prática sexual, visavam o controle da sexualidade, o controle das pessoas e, conseqüentemente, o controle de uma população.

A explosão discursiva, da qual trata Foucault, veio acompanhada de uma depuração do vocabulário sobre o sexo, permitindo uma definição de onde e de quando podia se falar dele. Regiões de silêncio, ou, pelo menos, de discrição, foram estabelecidas entre pais e filhos, educadores e alunos, patrões e serviçais, etc. Definiu-se, em suma, “de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situação, entre quais locutores, e em que relações sociais” (FOUCAULT, 2001, p. 22). Por outro lado, cada vez mais os discursos sobre o sexo se multiplicaram, circularam e atravessaram, constantemente, o cotidiano dos indivíduos. Cada vez mais os discursos sobre o sexo se proliferaram:

Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explicativa e do detalhe infinitamente acumulado (FOUCAULT, 2001, p. 22).

Uma análise minuciosa mostrará que na segunda metade do século XVII — na França — existiam uns 380 termos para indicar os genitais e umas 200 palavras para o ato sexual. Esse fato demonstra que assuntos de sexo eram tratados com freqüência e sem muito pudor. Já no período que estamos focalizando — século XVIII e XIX — a mudança é radical: tudo que tratou do sexo virou tabu, foi expurgado e não se podia mais falar sobre sexo tão “abertamente”.

A Igreja Católica, com a Contra-Reforma (século XVI), deu início ao processo de incitação dos discursos sobre o sexo ao estimular o aumento das confissões ao padre e a si mesmo (exame de consciência), o sexo restringiu-se, então, a um discurso, à palavra e a um exame oriundo de uma minuciosa prédica sexual. A Igreja Católica tentava controlar os indivíduos através do discurso sobre o sexo, prova disso era o estímulo a uma vida casta e a ênfase no pecado contra o sexto mandamento que consistia, entre outras coisas, em podar as “sexualidades marginais” ou “periféricas”, ou seja, aquelas que não obedeciam a regras pré-estabelecidas, como a procriação, aquelas sexualidades que não eram modelos de “retidão” e de “normalidade”, que não tinham como modelo a relação heterossexual e que, portanto, “tentavam contra a castidade” (esse discurso se acentuou bastante durante toda a Idade Média). Entre essas sexualidades que não procriavam destaca-se o homossexualismo que, além de não ter função

procriadora, estava na lista das patologias, até hoje alguns setores religiosos ou não divulgam essa idéia.

A principal consequência, e a mais drástica, que a moral católica e o puritanismo moderno trouxeram, com a condenação e segregação social do homossexualismo, e das sexualidades chamadas “marginais”, se materializou mediante a incorporação e imposição de elementos do modelo heterossexual (como a procriação) em todas as outras maneiras de relacionamentos. Nas relações homossexuais, por exemplo, há sempre a presença do arquétipo hetero. O homossexual – tendo consciência ou não – incorpora o ser mulher, enquanto o outro permanece homem, na homossexualidade feminina o mesmo acontece: a mulher incorpora o ser homem, enquanto a outra permanece mulher, passiva e, de modo geral, há sempre uma rotatividade na representação desses papéis.

A falta de um arquétipo que determine o modo de ser da relação homossexual, sem a presença do modelo hetero, sem que o outro faça o papel de um gênero que não é característica principal sua, aconteceu por conta da internalização do discurso de que a relação hetero é a única maneira correta, aceitável, legítima, normal, verdadeira e bem direcionada forma de relação. Por isso, na homossexualidade não há o encontro de duas virilidades, da afirmação serena e sem conflitos do gênero, mas a imitação do modelo socialmente e culturalmente definido.

Essa postura mostrou-se conflituosa porque há uma presença intensa da não aceitação de si, mediante a reprodução da diferença sexual. Essa reprodução será sempre uma caricatura, já que a relação entre dois homens, ou duas mulheres, do ponto de vista da sexualidade, não foi historicamente definida da mesma forma que a relação heterossexual. Assim, a presença e a permanência do arquétipo heterossexual na homossexualidade revela uma identidade ferida e frustrada, uma sexualidade a que não foi possível a construção do seu próprio modo de ser, do seu próprio arquétipo porque atuou de forma desfigurada pela imitação e sempre escondida, camuflada, segregada, atuando na “clandestinidade”.

A Igreja Católica foi um instrumento importante na repressão de qualquer manifestação sexual. O pecado por excelência, no contexto medieval, passou a ser o de sexo, ou contra a castidade, ainda que fosse apenas em pensamento. A homossexualidade foi dita como uma prática repudiável, doença ou desvio. O grande controle desse comportamento foi exercido através da confissão. O Concílio de Trento, em meados do século XVI (1545 – 1563), decretou que todos os pecados mortais deviam ser confessados, mesmo os mais secretos e vergonhosos.

As “instituições da carne” (pecados do corpo ou desejos sexuais ligados a ele) têm de ser ditas em detalhes, incluindo os pensamentos sobre o sexo. A vigilância da “tentação”, o exame de consciência e a “obrigatoriedade” de uma confissão detalhada, devem fazer parte da conduta de um cristão. O bom cristão deve procurar fazer de todo o seu desejo um discurso. Ainda que tenha havido uma interdição de certas palavras, esta é apenas um dispositivo secundário em relação a essa grande sujeição, é apenas uma maneira de tornar o discurso sobre o sexo moralmente aceitável e tecnicamente útil.

Este projeto de uma “colocação do sexo em discurso” formara-se há muito tempo, numa tradição ascética e monástica. O século XVII fez dele uma regra para todos. (...) A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo da palavra (FOUCAULT, 2001, p. 24).

Um dos exemplos dos motivos para se regular o sexo foi o surgimento, no século XVIII, da população com problema econômico e político, sendo necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis e assim por diante. “Pela primeira vez, a fortuna e o futuro da sociedade, eram ligados à maneira como cada pessoa usava o seu

sexo” (FOUCAULT, 2001, p. 28). O aumento dos discursos sobre o sexo pode, então, ter visado, necessariamente, produzir uma sexualidade economicamente útil.

Assim como o sexo passou a ser um problema para a demografia, também passou a despertar as atenções de pedagogos e de psiquiatras. No primeiro caso há uma elaboração de um discurso acerca do sexo das crianças, enquanto na psiquiatria, estabelece-se a análise do conjunto das perversões sexuais. Ao se analisar as precauções que se tinha do falar sobre o sexo – ou até os perigos de falar sobre ele – despertam-se atenções em torno dele, irradiam-se discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante, o que instiga cada vez mais o falar sobre o sexo. O que foi dito acima se confirma no seguinte argumento:

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discursos que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. (FOUCAULT, 2001, pp. 31–33).

O diagnóstico que Foucault faz, então, é o seguinte: as sociedades modernas não condenaram o sexo ao mudismo, ao silêncio, à repressão, como se acreditou, “de um extremo a outro o sexo se tornou, de todo modo, algo que se deve dizer, e dizer exaustivamente, segundo dispositivos discursivos diversos, mas todos constrangedores, cada um à sua maneira” (FOUCAULT, 2001, p. 34). O que aconteceu foi uma tomada do sexo numa rede de discursos generalizados, multiplicados dentro de uma tecnologia de poder. Uma incitação a falar, interrogar, confessar, ouvir, buscar, registrar e controlar o sexo através de uma série de mecanismos que funcionam, e se espalham, em várias instituições; o discurso sobre o sexo é decomposto, espalhado em diversas instituições religiosas e científicas como a Igreja Católica, a psiquiatria e a medicina.

Foucault apresenta três grandes códigos que, de certa forma, regiam as práticas sexuais, são eles: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil que fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Esses códigos, todos centrados nas relações matrimoniais, estabeleciam regras e prescrições numa estrita vigilância, determinavam listas de pecados e condenavam aquilo que não estava de acordo às suas prescrições. Nesse sentido citamos:

Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação. Na lista dos pecados graves, separados somente por sua importância, figuravam o estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a “carícia” recíproca. Quanto aos tribunais, podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade. Na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida, o “contra-a-lei” era marcado por uma abominação particular (FOUCAULT, 2001, pp. 38, 39).

Dessa maneira, o conjunto de eventos, tais como: o exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico, o controle familiar, a confissão, o exame de consciência que, aparentemente, visam apenas vigiar e reprimir “sexualidades periféricas”, sem propósito procriador – já que toda “pregação” girava em torno da relação matrimonial, em torno da procriação, como anunciava a pastoral católica – funcionam como mecanismo de dupla incitação: prazer e poder.

Então, indo além da hipótese repressiva, a sexualidade deve ser encarada como produto do encadeamento da estimulação dos corpos, da excitação dos desejos, da intensificação dos prazeres, da incitação dos discursos, da formação dos conhecimentos, do reforço dos controles e das resistências. As sexualidades são, assim, socialmente, culturalmente, politicamente e cientificamente construídas por todos esses mecanismos de poder que vimos no decorrer deste capítulo.

Hoje, com a “derrubada” de praticamente todos os tabus, tudo é “tolerado” e “permitido”. O sexo tornou-se artigo de consumo, de publicidade, artigo de venda, de comércio, divertimento barato e ao alcance de todos. A pílula tirou o risco de uma gravidez indesejada, a pornografia é produzida e fornecida por encomenda (Play-boy). Uma linguagem erótica mais global, mais difusa, mais variada quebrou o monopólio da genitalidade gerada pelo processo de puritanização. Contudo, saímos da tirania do tabu, da proibição, para a tirania do prazer desenfreado e desesperado.

Foucault detecta dois importantes procedimentos para produzir a verdade do sexo, são eles: *ars erótica* (*arte erótica*) e a *scientia sexualis* (*ciência sexual*). A confissão se difundiu amplamente no ocidente e se incorporou profundamente em nossa conduta quotidiana: confessar ao padre, ao médico, ao psicanalista, etc. Confessar a “verdade” e buscá-la dentro de nós, nos lugares mais escondidos da “alma”. “A ‘sexualidade’ é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*” (FOUCAULT, 2001, p. 67).

Esse poder que exige a confissão é um poder que coage, que cria e busca um campo de “verdade” sobre o sexo, “a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir uma verdade. Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda” (FOUCAULT, 2001, p. 59). A confissão se diversificou e tomou novas formas: interrogatório, narrativas, confessam-se sonhos, passado, coisas escondidas, busca-se extrair o que está oculto. O dever de dizer tudo e o poder de interrogar sobre tudo se justifica no princípio de que a conduta sexual é capaz de provocar as conseqüências negativas mais variadas, ao longo de toda a existência. O sexo, assim, aparece como uma superfície de repercussão para doenças, como as neuroses e as esquizofrenias, como acreditavam Freud e Charcot. O sexo era visto, na Idade Média, como fator determinante para as doenças neuróticas e esquizofrênicas porque acreditava-se que existia uma relação muito direta entre os órgãos genitais e o cérebro, daí a crença de algumas doenças estarem relacionadas ao sexo.⁴

Desse modo, nos tornamos uma sociedade de “confidentes” onde a palavra tem total primazia em torno do discurso sobre o sexo, em torno de sua confissão o saber é extraído, procurado, e o poder manifesto. Contudo, não se deve confessar apenas o ato, o que foi realizado, o sexo, mas os desejos, as intenções, os pensamentos, as palavras, as imagens e todas essas obsessões que o acompanham deveriam ser decifradas e confessadas. Lembremos que o sexo não se encontra apenas no âmbito de um discurso religioso de pecado e salvação, da morte e da eternidade, mas corresponde também ao discurso do corpo e da vida, ou seja, ao discurso da ciência, aquilo que Foucault chamou de “ciência-confissão”.

O filósofo não descarta o argumento de um poder que exerceu repressão sobre o sexo, ele acreditava que essa hipótese é insuficiente para explicar os “cuidados” em torno do sexo. O que aconteceu – essa é uma a principal idéia de Foucault – foi a proliferação de discursos (religiosos, políticos e científicos) sobre o sexo.

A partir da confissão houve, por exemplo, a “instauração de um sistema de saber legítimo e de uma economia de prazeres múltiplos” (FOUCAULT, 2001, p. 70).

Então, a confissão, o exame de consciência e a penitência da pastoral católica, são mecanismos que asseguram a submissão e o controle daqueles que acreditam na salvação prometida pelo discurso dessa pastoral. A conseqüência desse poder pastoral foi estendida a todo

⁴ Vê-se relatos da Idade Média de mulheres que tinham problemas vaginais e foram operadas na cabeça, no nariz, etc.

o corpo social e caracterizou-se como uma tática individualizante e extensiva à família, à medicina, à psiquiatria e à pedagogia. Ele que tem por finalidade corrigir condutas não desejadas, exercer sobre os indivíduos uma sujeição, controlar desejos e formar ou “fabricar”, numa linguagem foucaultiana, o indivíduo moderno.

CONCLUSÃO

A confissão e o exame de consciência, como técnicas de controle disciplinar, unidos aos sentimentos de culpa que eles provocam, foram instalando dentro do indivíduo o auto-controle, mediante a internalização de procedimentos ascéticos e de prédicas sexuais. O que Foucault pretendeu fazer, nessa *História da Sexualidade*, foi uma investigação sobre a formação do saber sobre o sexo, como se proliferaram os discursos que o tornaram objeto do poder, como esses discursos foram aceitos como verdade e que todos esses dispositivos estão distantes, são diferentes da repressão e mostram-se insuficientes para a compreensão daquilo que se chamou “repressão sexual”. Esses mecanismos não são negativos, são positivos porque produzem saber, multiplicam discurso, induzem ao prazer e geram formas de poder.

A temática da sexualidade, a qual nesse trabalho aborda, foi um problema específico no pensamento de Foucault. Pode-se perceber, de acordo com suas análises, a existência de elementos que estão presentes na sexualidade e na educação para a sexualidade como o controle, a disciplina, a coerção e a “verdade”. Ao falar sobre as tecnologias de poder, o seu pensamento leva-nos a refletir sobre as formas de sujeição dos corpos e os discursos que legitimam essa sujeição pela noção de auto-governo, do governo de si mesmo e dos mecanismos de poder postos sobre a sexualidade; um desses mecanismos, como se viu, é a confissão, a penitência, o exame de consciência e os discursos que, de modo geral, promovem uma linguagem universal sobre as sexualidades. Dessa forma, inegável a contribuição dada por Foucault à compreensão de temas contemporâneos no que concerne à discussões filosóficas da atualidade.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. MURARO, Rose Marie. **Feminino e Masculino**: uma nova consciência para o encontro com as diferenças. 13 ed. São Paulo: Sextante, 2001.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de José Carlos Rodrigues. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **História da Sexualidade Volume I – A Vontade de Saber**. 14 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

JAIME, Snoek. **Ensaio de Ética Sexual**. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

JANINE, Renato. (org.) **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JEFFREY, Moussaieff Masson. **Atentado à Verdade**: a Supressão da Teoria da sedução por Freud. 2 edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

MACHADO, Roberto. **Microfísica do Poder**: Introdução. 20ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

MAX, Weber. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 24ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MURILOS, Sérgio. **A Relação entre o Corpo e o Poder em Michel Foucault**. Psicologia em Revista, Vol. 9, n°. 13, p. 109 a 124. Belo Horizonte, junho de 2003.

RABINOW, Paul . DREUFUS, Hubert. **Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. 1ª edição. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ROGO, Margarete. Lacerda, Luiz. Veiga-Neto (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze – Ressonâncias Nietzscheanas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.